



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

<b>Pregão, na forma Eletrônica nº 006/2019-GSI</b>		<b>Data de Abertura: 24/07/2019 às 09:30h no sítio <a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a></b>	
<b>Objeto</b>			
Contratação de serviços de manutenção e adequação de instalação predial, com fornecimento de material e mão de obra, com a finalidade de atender a reforma das instalações do Escritório de Representação da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial no Rio de Janeiro (ERRJO)			
<b>Valor Total Estimado</b>			
R\$ 667.640,12 (seiscentos e sessenta e sete mil seiscentos, quarenta reais e doze centavos)			
<b>Local da Prestação do Serviço</b>			
Rio de Janeiro/RJ			
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Critério de Julgamento das propostas:</b>
NÃO	FACULTATIVA	TERMO DE CONTRATO	MENOR PREÇO TOTAL DO ITEM
<b>Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Cota Reservada ME/EPP?</b>	<b>Exige Amostra?</b>	<b>Dec. nº 7.174/2010?</b>
NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
<b>Prazo para envio da proposta/documentação</b>			
Até 2 (duas) horas após a convocação realizada pelo Pregoeiro.			
<b>DESTAQUES</b>			
<p><b>ATENÇÃO.</b> A prática das condutas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 (deixar de entregar ou desistir da proposta, ensejar o retardamento da licitação, não apresentar a documentação exigida, entre outras), poderá acarretar na aplicação da penalidade de <b>IMPEDIMENTO DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO</b> e suspensão do SICAF, por período que poderá chegar a até 5 anos, em cumprimento à legislação vigente e à Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 13 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 16 de outubro de 2017, que estabelece procedimentos para a definição da dosimetria na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar prevista no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.</p> <p>A Instrução Normativa poderá ser consultada no endereço <a href="http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/10/2017&amp;jornal=1&amp;pagina=5&amp;totalArquivos=92">http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/10/2017&amp;jornal=1&amp;pagina=5&amp;totalArquivos=92</a>.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações do pregoeiro, a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões Eletrônicos do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República pelo endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), selecionando as opções **Consultas > Pregões > Em andamento Cód. UASG "110322"**. O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Sistema Comprasnet e também no endereço <http://www.secretariageral.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos>.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 006/2019-GSI**  
Processo Administrativo n.º 00185.000884/2019-08

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a União, por meio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, mediante o Pregoeiro designado pela Portaria nº 227, de 14 de novembro de 2018, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União de 16 de novembro de 2018 e Portaria nº 145, de 10 de maio de 2019, publicada na Seção 2 do Diário Oficial de 15 de maio de 2019, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, e nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **24/07/2019**

Horário: **9h30**

Local: **Portal de Compras do Governo Federal-[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)**

UASG: **110322**

## **1. DO OBJETO**

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de manutenção e adequação de instalação predial, com fornecimento de material e mão de obra, com a finalidade de atender a reforma das instalações do Escritório de Representação da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial no Rio de Janeiro (ERRJO), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1 As despesas para atender a esta licitação, estimadas no valor total de R\$ 667.640,12 (seiscentos e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais e doze centavos), estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 110.322

Fonte: 0100

Programa de Trabalho:

Natureza de Despesa: 33.90.39-Serviço

### **3. DO CREDENCIAMENTO**

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de “login” e senha pelo interessado.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.4 que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.5 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.6 sociedades cooperativas.

4.3 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1 a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.3.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.3.5 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.3.6 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.7 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA**

5.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1 valor unitário e total do item;

5.6.2 Descrição detalhada do objeto.

5.7 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.8 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

5.8.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.8.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN 5/2017);

5.9 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

5.10 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública.

## **6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis.

6.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.7.1 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

6.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.11 Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.12 O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.13 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.14 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.15 Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.16 Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19 Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

7.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

7.2.1 contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.2 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.2.3 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.2.3.1 Consideram-se preços manifestamente inexequíveis aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.2.4 não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e produtividade adotada.

7.3 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.4 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

7.5 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6 A proposta de preços digital da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá ser formulada e enviada, por meio de funcionalidade disponível no sistema, atualizada em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado, no prazo máximo de **02 (duas) horas**, após o encerramento da etapa de lances, mediante convocação do Pregoeiro pela opção “Enviar Anexo” no sistema Comprasnet.

7.6.1 Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta de preços digital para o e-mail [cpl@presidencia.gov.br](mailto:cpl@presidencia.gov.br), sem prejuízo da disponibilização pelo Sistema Eletrônico, sendo que, nessa hipótese, será providenciado, em momento posterior, o uso da funcionalidade “convocar anexo”, de forma que a documentação seja inserida no Sistema Eletrônico e, assim, fique à disposição das demais licitantes.

7.6.2 A proposta de preços será apresentada em conformidade com o instrumento convocatório, contendo todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, preenchida conforme Modelo de Proposta de Preços – Anexo II deste edital (Proposta Comercial), devendo conter:

7.6.2.1 Descrição clara e completa do objeto, contendo as especificações detalhadas, observada a descrição/especificação constante do Termo de Referência – Anexo I e seus Apêndices, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.6.2.2 Preço unitário, total, expressos em R\$ (reais), com aproximação de até duas casas decimais.

7.6.2.3 Prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6.2.4 Declaração expressa de estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

7.6.2.5 Razão social, endereço completo e CNPJ da licitante, referência ao número do edital do pregão, bem como o nome do banco, o número da conta corrente e a respectiva agência onde deseja receber seus créditos.

7.6.2.6 Meios de comunicação disponíveis para contato, como por exemplo, telefone e endereço eletrônico.

7.6.2.7 Qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato, tais como, nome completo, CPF, carteira de identidade.

7.6.3 Na hipótese de serem solicitados pelo pregoeiro os originais dos documentos remetidos pela licitante, deverão ser encaminhados, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, à Coordenação de Licitações da Presidência da República, Palácio do Planalto – Anexo II, Ala “A”, Sala 205, em Brasília-DF, CEP 70.150-900, em envelope fechado e rubricado no fecho, especificando o número do pregão e os dados da empresa.

7.6.4 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

7.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

7.9 Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.9.1 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.10 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

8.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

8.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

8.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.6 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, à Qualificação Econômico-Financeira e à Qualificação Técnica nas condições seguintes:

### 8.3 **Habilitação jurídica:**

8.3.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

8.3.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.3.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, como determinado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

8.3.6 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.3.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.3.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.4 Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.4.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.4.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.4.8 caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

#### **8.5 Qualificação Econômico-Financeira:**

8.5.1 certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.5.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.5.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.5.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.5.4 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10 (dez) por cento do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

## 8.6 Qualificação técnica:

8.6.1 Apresentação de Atestado(s) ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante prestou, a contento e de forma satisfatória, serviço de pintura, que comprove(m) aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, e que faça(m) referência, pelo menos, a(s) parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, com a seguinte característica:

a) Serviço de pintura manual com tinta latex de, no mínimo, 1000 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados). Este valor corresponde a aproximadamente 40% da demanda prevista para esta contratação, conforme Apêndice II do Termo de Referência.

8.6.1.1 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.6.1.2 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

8.6.1.3 Será aceito o somatório de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica para atendimento da parcela de maior relevância prevista na alínea “a” do subitem 8.6.1 do edital.

8.6.1.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 8.7 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar ainda:

8.7.1 Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017; ou

8.7.2 Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do

trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com a SCP.

8.8 O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.9 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de **2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [cpl@presidencia.gov.br](mailto:cpl@presidencia.gov.br).

8.9.1 Na hipótese de serem solicitados pelo pregoeiro, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

8.10 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11 A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos artigos 6º, inciso III, 10 a 16 e 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

8.11.1 O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

8.11.2 O licitante que estiver com alguma documentação vencida junto ao SICAF deverá encaminhar, juntamente com os documentos de que trata o subitem 8.9, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.12 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.12.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.13 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a empresa será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.14 A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da sessão.

8.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.17 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.18 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

9.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

9.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **11. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

11.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

11.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **12. DO TERMO DE CONTRATO**

12.1 Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

12.2 O prazo de vigência da contratação é de 210 (duzentos e dez) dias, contados da data da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

12.3 No ato da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar:

12.3.1 O(s) documento(s) que lhe outorga(m) poderes para firmar o contrato (contrato social e/ou procuração);

12.3.2 Declaração de que não mantém parentesco entre sócios da empresa com servidores do órgão contratante, até o segundo grau civil. A constatação da inveracidade da declaração será motivo para rescisão contratual, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, conforme modelo - Anexo IV deste edital.

12.3.3 Declaração, de acordo com o modelo constante do Anexo IV da Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, conforme modelo - Anexo V deste edital.

12.3.3.1 A declaração poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

12.4 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “online” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

12.4.1 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.5 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento

12.6 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

### **13. DO REAJUSTE**

13.1 O preço é fixo e irredutível.

### **14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

14. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

### **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

15. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

### **16. DO PAGAMENTO**

16.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

16.3 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.4 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.5 No mesmo prazo, o fiscal ou equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.6 Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.

16.7 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.8 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.9 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.10 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.11 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.12 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

16.13 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.14 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.15 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.17 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.19 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

16.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber:



16.20.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.21 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{I}{= \quad \frac{(6 / 100)}{365}} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, observando as disposições contidas na Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 13 de outubro de 2017, o licitante/adjudicatário que:

17.1.1 não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.2 apresentar documentação falsa;

17.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.5 não mantiver a proposta;

17.1.6 cometer fraude fiscal;

17.1.7 comportar-se de modo inidôneo;

17.2 Considera-se retardar a execução do objeto qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços; (Redação dada pela Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 13 de outubro de 2017)

17.3 Considera-se não manter a proposta a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento; (Redação dada pela Instrução Normativa SA/PR nº

1, de 13 de outubro de 2017)

17.4 Considera-se comportar-se de modo inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original; (Redação dada pela Instrução Normativa SA/PR nº 1, de 13 de outubro de 2017)

17.5 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.5.1 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

18.5.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

17.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

17.7 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

17.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.10 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

18.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

18.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [cpl@presidencia.gov.br](mailto:cpl@presidencia.gov.br) ou por petição dirigida ou protocolada na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II do Palácio do Planalto, Ala “A”, Sala 205, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 14h às 17h.

18.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

18.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço eletrônico [cpl@presidencia.gov.br](mailto:cpl@presidencia.gov.br).

18.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.4 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.5 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.7 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.8 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.9 O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.secretariageral.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos](http://www.secretariageral.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos), e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Coordenação de Licitações, situada no Anexo II, Ala “A”, Sala 205, do Palácio do Planalto, nos dias úteis, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

19.10 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.10.1 ANEXO I – Termo de Referência;

a) APÊNDICE I – Planilha de Custos e Composição do Valor Ofertado (*arquivo em formato .pdf*);

b) APÊNDICE II – Planilha de Custo Estimado (*arquivo em formato .pdf*);

c) APÊNDICE III – Modelo de Ordem de Serviço (*arquivo em formato .pdf*);

- d) APÊNDICE IV – Termo de Recebimento Provisório (*arquivo em formato .pdf*);
- e) APÊNDICE V – Termo de Recebimento Definitivo (*arquivo em formato .pdf*);
- f) APÊNDICE VI – Instrumento de Medição de Resultado (IMR) (*arquivo em formato .pdf*).
- g) APÊNDICE VII – Declaração de Pleno Conhecimento das Condições de Vistoria (*arquivo em formato .pdf*);
- h) Apêndice VIII – Estudos Preliminares (*arquivo em formato .pdf*).

19.10.2 ANEXO II – Modelo de Proposta;

- a) APÊNDICE I – Planilha de Custos e Composição do Valor Ofertado

19.10.3 ANEXO III – Declaração de Pleno conhecimento das Condições de Vistoria;

19.10.4 ANEXO IV – Declaração que não mantém parentesco entre sócios da empresa com servidores do órgão;

19.10.5 ANEXO V – Declaração de optante pelo Simples Nacional

19.10.6 ANEXO VI – Minuta de Termo de Contrato

Brasília, 10 de julho de 2019

**GUILHERME PAIVA SILVA**  
**Pregoeiro – Presidência da República**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção e adequação de instalação predial, com fornecimento de material e mão de obra, com a finalidade de atender a reforma das instalações do Escritório de Representação da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial no Rio de Janeiro (ERRJO), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição/Especificação	Identificação CATSER / CATMAT	Unidade de Medida	Quantid ade	Preço Unitário Estimado (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção e adequação de instalação predial. Execução de serviços de elétrica, mecânica, hidráulica e serviços gerais de alvenaria, marcenaria, pintura, tapeçaria, vidraçaria e serralheria com fornecimento de material.	1627	Serviço	1	667.640,12	667.640,12
<b>TOTAL R\$</b>					<b>- X -</b>	<b>667.640,12</b>

Observações:

- 1) Os preços estimados da planilha serão os considerados como máximos para aceitação da proposta pela Presidência da República.
- 2) O critério de julgamento da licitação será o menor preço total do item, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência.
- 3) As descrições e quantidades dos serviços a serem executados e materiais a serem empregados estão descritas conforme Apêndice II (Planilha de Custo Estimado).

1.2 O objeto a ser contratado é caracterizado como serviço comum de que trata a Lei nº 10.520/02, o Decreto nº 5.450/05 e o Decreto nº 3.555/00, haja vista os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de sua prestação são as usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade licitatória Pregão.

1.3 A Planilha de Custos e Composição do Valor Ofertado (Apêndice I) deverá ser devidamente preenchida e entregue como anexo da proposta pelos licitantes, observado os valores máximos de referência constantes do Apêndice II – Planilha de Custo Estimado.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1 Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) compete zelar, assegurado o exercício do poder de polícia, pela segurança pessoal do Presidente e do Vice-Presidente da República, bem como de seus familiares.

2.2 Para cumprir esta missão legal, cabe ao Departamento de Segurança Presidencial da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, órgão integrante da estrutura do GSI, estabelecer e manter Escritórios de Representação como bases operacionais avançadas para a garantia da segurança do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e de seus familiares, asseguradas a economicidade e a efetividade das operações de Segurança Presidencial.

2.3 Em virtude da ativação do Escritório de Representação na cidade do Rio de Janeiro e da disponibilização, a título de cessão de uso, de imóveis pertencentes à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), há necessidade de realizar a manutenção e adequação dos imóveis nº 47 e 48 constantes nos subitens 1.1.2 e 1.1.3 da Cláusula Primeira do Termo de Cessão de Uso de Área nº 006.2018.065.0001 (Processo SEI nº 00185.020059/2018-31);

2.4 Por se tratar de serviços não contemplados pelos contratos vigentes, bem como não haver pessoal especializado nos quadros do Gabinete de Segurança Institucional para o atendimento dos serviços objeto deste Termo e considerando, também, que tais serviços não constituem objeto da instituição, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para realizá-los.

2.5 O serviço de manutenção predial deverá ser executado por empresa qualificada e habilitada para contratar com a administração pública.

## **3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 A natureza do objeto se enquadra na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

3.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/18, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1 A CONTRATADA deverá executar o serviço de acordo com as plantas e documentos disponibilizados pela CONTRATANTE, procurando manter o mesmo padrão de qualidade dos materiais já existentes no imóvel;

4.1.2 A execução dos serviços deverá ser realizada em horários posteriormente definidos e indicados na Ordem de Serviço,

preferencialmente durante o horário de expediente, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h;

4.1.3 Os serviços deverão ser prestados no seguinte endereço: Rua F nº 47 e 48, no interior do complexo aeroportuário de Jacarepaguá, localizado na Avenida Ayrton Senna, 2541 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ;

4.1.4 A execução do serviço será do tipo empreitada por preço global, cabendo à CONTRATADA cumprir a sequência das atividades previstas no cronograma de execução a ser apresentado à CONTRATANTE por ocasião da assinatura do contrato;

4.1.5 Os serviços deverão ser executados de acordo com as práticas e técnicas previstas para cada atividade (elétrica, hidráulica, marcenaria, serralheria, pintura e serviços gerais), constante na Planilha de Custos e Composição do Valor Ofertado (Apêndice I);

4.1.6 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo a sua substituição quando necessário, devendo:

4.1.6.1 responsabilizar-se por todas as despesas relativas à execução dos serviços, tais como: mão de obra, materiais, equipamentos, ferramentas, fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, serviços extraordinários, dentre outros;

4.1.6.2 fornecer e responsabilizar-se pelo transporte dos materiais, equipamentos, mão de obra necessários à execução dos serviços, dentro e fora dos locais de trabalho;

4.1.6.3 responsabilizar-se pela guarda e segurança de todos os materiais, equipamentos e ferramentas utilizadas no serviço até o seu término;

4.1.6.4 fornecer, em até 7 (sete) dias após o recebimento da Ordem de Serviço, a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços discriminados na respectiva Nota de Empenho, informando os números de Registro Geral do Documento de Identidade. Em caso de alteração no quadro de funcionários alocados para a execução do objeto da presente contratação, somente 24 (vinte e quatro) horas após a entrega de nova relação nominal, nos termos da anterior, estará(ão) o(s) novo(s) funcionário(s) autorizado(s) a prestar(em) os serviços nas dependências do imóvel;

4.1.6.5 manter, por todo o tempo dos serviços, um encarregado da obra com experiência técnica, comprovando-a sempre que solicitada pela fiscalização, a qual se reportará a este para tratar dos serviços e do seu andamento;

4.1.6.6 colocar à disposição da CONTRATANTE profissionais capacitados, devidamente uniformizados, identificados por crachás, munidos de todos os materiais, ferramentas e equipamentos

necessários à execução dos serviços, inclusos nestes os equipamentos de proteção individual (EPI), que são obrigatórios;

4.1.6.7 observar o uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC, e atender às normas de segurança e saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos na prestação dos serviços, em especial às relacionadas com risco de queda;

4.1.6.8 responsabilizar-se por danos e/ou prejuízos causados diretamente por seus funcionários na execução dos serviços, aos equipamentos, instalações gerais ou patrimônio sob responsabilidade do CONTRATANTE, inclusive danos materiais e pessoais causados a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, apurados após regular processo administrativo;

4.1.6.9 responsabilizar-se pelo pagamento da remuneração, transporte e alimentação dos profissionais executores dos serviços, assim como por todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários e tributários incidentes;

4.1.6.10 refazer, sem nenhum acréscimo ao valor contratado, o serviço não realizado a contento, bem como, em caso de necessidade, substituir material envolvido;

4.1.6.11 manter, durante a execução da obra e até o término da sua garantia, endereço e telefone para contato permanentemente atualizados;

4.1.6.12 comunicar imediatamente à Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

4.1.6.13 informar à Fiscalização, por escrito em formato de lista de verificação, os cuidados que devem ser tomados quanto à manutenção e conservação dos materiais empregados;

4.1.6.14 remover todos os materiais, embalagens e equipamentos, assim como sobras não utilizadas de materiais;

4.1.6.15 remover todo o entulho em caçambas regularizadas pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, sendo que a CONTRATADA deverá apresentar comprovação, por escrito, que está obedecendo à Resolução nº 307, de 05 de julho de 2002, do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), a qual estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para gestão dos resíduos da construção civil;

4.1.7 A CONTRATADA deverá apresentar um cronograma de realização dos serviços, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos.

## **5. INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:**

5.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.1.1 . Detalhamento dos imóveis:



5.1.1.1 Prédio nº 47 localizado na rua F 1, no interior do Aeroporto de Jacarepaguá (Avenida Ayrton Senna, 2541 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ), medindo 465,45 m<sup>2</sup> (quatrocentos e sessenta e cinco metros e quarenta e cinco centímetros quadrados). A parte edificada do lote é composta de área destinada a escritórios, salas de reuniões, depósito, copa e banheiros. O térreo possui 340,50m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta metros e cinquenta centímetros quadrados) e o segundo pavimento possui 124,95 m<sup>2</sup> (cento e vinte e quatro metros e noventa e cinco centímetros quadrados);

5.1.1.2 Lote nº 48 localizado na rua F 1, no interior do Aeroporto de Jacarepaguá (Avenida Ayrton Senna, 2541 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ). Área plana e gramada, que necessita ser adequada para ser utilizada como área de estacionamento para os veículos do ERRJO. Possui construção inacabada de um galpão. A estrutura apresenta apenas pilares de concreto e cobertura metálica, com dimensões de 20,25 m x 19,05 m. Área de projeção da cobertura: 385,76 m<sup>2</sup> (trezentos e oitenta e cinco metros e setenta e seis centímetros quadrados).

5.1.2 Para quantificação dos serviços, considerar as informações fornecidas conforme Apêndice II (Planilha de Custo Estimado):

## **6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

6.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1 Os serviços serão executados conforme cronograma de realização dos serviços previsto no subitem 4.1.7 deste termo;

6.1.2 A equipe de fiscalização do contrato e/ou o Gestor do Contrato deverá aprovar os serviços à medida que forem sendo executados, de forma a permitir a correção dos defeitos ou imperfeições e evitar a rejeição ao término do serviço;

6.1.3 Com base nos critérios definidos na Planilha de Custos e Composição do Valor Ofertado (Apêndice I), anexo ao Termo de Referência, a equipe de fiscalização e o Gestor do Contrato farão a análise dos documentos produzidos, podendo aprova-los ou não;

6.1.4 A análise acima descrita observará aspectos técnicos e legais, os quais embasarão os pareceres correspondentes.

6.1.5 Após a assinatura do contrato, a CONTRATANTE fixará um calendário de reuniões para acompanhamento dos trabalhos executados pela CONTRATADA. As reuniões ocorrerão na sede do Escritório de Representação da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial (SCP), localizado na rua F 1, Hangar nº 39, no interior do Aeroporto de Jacarepaguá (Avenida Ayrton Senna, 2541 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ) ou no local da execução dos serviços, previamente acordado entre as partes.

6.1.5.1 As reuniões ocorrerão em períodos não superiores a 30 (trinta) dias e, obrigatoriamente, deverão participar o gestor do

contrato (CONTRATANTE) e um representante da CONTRATADA.

## **7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

7.1. Os requisitos necessários para a contratação do serviço são os seguintes:

7.1.1. Execução dos serviços contratados por empresa devidamente cadastrada junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

7.1.2. Utilização de mão de obra própria, empregando profissionais com experiência na execução dos serviços contratados, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) ou outro que vier substituí-lo, e com responsável técnico devidamente credenciado junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA);

7.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar um cronograma de execução do serviço que não poderá ser superior a 120 (cento e vinte) dias.

7.1.3.1 O cronograma de execução do serviço deverá ser composto por até 3 (três) etapas contemplando a totalidade dos serviços a serem executados, em ordem cronológica;

7.1.3.2 Cada etapa deverá conter no mínimo 30% (trinta por cento) e no máximo 40% (quarenta por cento) do valor dos serviços constantes no Apêndice I (PLANILHA DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DO VALOR OFERTADO), bem como deverá conter a descrição detalhada dos serviços que comporão a referida etapa;

7.1.3.3 A CONTRATADA deverá fixar o prazo de execução de cada etapa do cronograma apresentado, prazos estes que servirão como referência para a aplicação do Instrumento de Medição do Resultado (Apêndice VI).

7.2. O serviço a ser contratado não possui natureza continuada.

7.3. A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

7.3.1. tratamento adequado aos resíduos do material utilizado na execução do serviço, de acordo com as normas ambientais em vigor;

7.3.2. utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

7.3.3. adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

7.3.4. observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

7.3.5. fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços; e

7.3.6. respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

7.4 O contrato, de natureza não continuada, terá a vigência de 210 (duzentos e dez) dias a contar da data de sua assinatura podendo, excepcionalmente, ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do objeto, desde que justificadamente e observadas as hipóteses legais previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

7.4.1 O pedido de prorrogação de prazo deverá ser encaminhado à CONTRATANTE com antecedência mínima de 10 (dez) dias do término do contrato.

7.5 Não haverá necessidade de a CONTRATADA promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

## **8 MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1 A gestão do contrato será realizada por servidor designado pelo Departamento de Segurança Presidencial, o qual coordenará as ações de controle e execução dos serviços.

8.2 A CONTRATADA deverá seguir o cronograma de execução dos serviços apresentado;

8.3 A execução do serviço deverá ser iniciada a partir da emissão da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

8.3.1 O Gestor do contrato deverá emitir uma Ordem de Serviço para cada etapa do serviço, de acordo com o cronograma de execução do serviço previsto no item 7.1.3.

8.4 A Ordem de Serviço será enviada pelo Gestor do Contrato, mediante e-mail institucional da CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA confirmar o recebimento da mesma em até 24 (vinte e quatro) horas.

8.5 Como critérios de aferição de resultados serão adotados os seguintes procedimentos:

8.5.1 O Gestor do Contrato deverá realizar vistorias antes, durante e após a execução dos serviços acompanhado pelo responsável designado pela CONTRATADA;

8.5.2 A CONTRATADA deverá, ao término de cada etapa do serviço, relatar ao Gestor do Contrato as ocorrências verificadas, bem como comprovar a qualidade e quantidade do material e mão de obra utilizado para a realização do mesmo. A referida comprovação poderá ser feita mediante apresentação das Notas Fiscais de compra de material;

8.5.3 A CONTRATADA deverá empregar materiais compatíveis com os já existentes no imóvel, de modo a garantir a uniformidade e a qualidade do serviço;

8.6 O pagamento será realizado após a conclusão de cada etapa, conforme cronograma de execução dos serviços, desde que devidamente comprovado por Termo de Recebimento Definitivo;

8.6.1 O Gestor deverá realizar a medição do serviço utilizando o Instrumento de Medição de Resultado (Apêndice VI), adequando o valor da etapa ao serviço efetivamente realizado e solicitando à CONTRATADA a emissão da respectiva Nota Fiscal após o recebimento definitivo da etapa.

## **9. INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.1 Após a assinatura do contrato, e sua devida publicação, a CONTRATANTE emitirá a Ordem de Serviço para a execução dos trabalhos.

9.1.1 O prazo para a conclusão dos serviços será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela CONTRATANTE.

9.2 Poderá a CONTRATANTE, excepcionalmente, conceder prorrogação do prazo de execução do serviço, mediante solicitação por escrito e devidamente justificada pela CONTRATADA, desde que observadas as hipóteses legais previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

9.2.1 O pedido de prorrogação do prazo de execução, que não deverá ultrapassar o prazo de vigência do contrato, deverá ser encaminhado à CONTRATANTE com antecedência mínima de 10 (dez) dias do término do prazo de execução.

## **10. HABILITAÇÃO**

10.1 Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à qualificação econômico-financeira:

10.1.1 Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

10.1.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

10.1.2.1 Quando qualquer dos índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, for igual ou inferior a 1 (um), o licitante deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

10.1.3 A comprovação da qualificação econômico-financeira, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, 6º, 10 a 16 e 21, inciso III, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 2018.

10.2 As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

10.2.1 Apresentação de Atestado(s) ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito

público ou privado, que comprove que a licitante prestou, a contento e de forma satisfatória, serviço de pintura, que comprove(m) aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, e que faça(m) referência, pelo menos, a(s) parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, com a seguinte característica:

- a) Serviço de pintura manual com tinta latex de, no mínimo, 1000 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados). Este valor corresponde a aproximadamente 40% da demanda prevista para esta contratação, conforme Apêndice II.

10.2.2 A exigência de Atestado(s) ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica tem por finalidade comprovar a experiência da Licitante na execução do serviço objeto deste Termo, mais precisamente no que trata de serviço de pintura, bem como assegurar que a mesma pode cumprir o prazo de execução do serviço

10.2.3 Será aceito o somatório de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica para atendimento da parcela de maior relevância prevista no alínea “a” do subitem 10.2.3 deste Termo de Referência.

10.2.4 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária, especificadas no contrato social vigente;

10.2.5 Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

10.2.6 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados fornecidos, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

10.3 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá vistoriar o imóvel antes da elaboração da proposta para conferir as condições locais para confecção do orçamento e do cronograma de execução dos serviços, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto ao Escritório de Representação da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial no Rio de Janeiro/RJ, pelo telefone (61) 3411-6202, nos horários das 10:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00 horas, podendo sua realização ser comprovada por:

- a) Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017; ou
- b) Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume

total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a SCP;

10.3.1 O prazo para vistoria, iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

10.3.2 Para a realização da vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

10.3.3 Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste Termo de Referência.

10.3.4 Será de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das instalações, com vistas a proteger o interesse da Administração na fase de execução dos serviços.

10.3.5 Caso a empresa licitante abstenha-se de realizar a vistoria deverá encaminhar Declaração de Pleno conhecimento das Condições de Vistoria, conforme o modelo constante no Apêndice VII deste termo.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.4 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017.

11.6 Participar das reuniões mensais para acompanhamento dos trabalhos executados pela CONTRATADA, de acordo com o calendário fixado, conforme item 6.1.5.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3 Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

12.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.7 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.8 Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que deverão permanecer no local de execução do serviço;

12.9 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

12.10 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

12.11 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.12 Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.17 Participar das reuniões mensais para acompanhamento dos trabalhos executados, de acordo com o calendário fixado, conforme item 6.1.5.

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIO E COOPERATIVAS**

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, bem como a participação de consórcios e cooperativas.

### **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do Art. 6º do Decreto nº 9.507/18.

15.2 O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no Art. 47 e no Anexo V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

15.5 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Apêndice VI, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.6 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.



15.7 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico ou pelo gestor, caso não haja fiscal técnico designado, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.12 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.14 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.15 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.16 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.17 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer

irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.18 O representante da CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA por escrito, quanto à Política de Segurança da Informação da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial e suas normas complementares, para ciência e para que se responsabilize por todas as providências e deveres estabelecidos.

## **16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

16.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16.3 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

16.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.3.2 Para efeito de recebimento provisório, conforme cronograma, o fiscal técnico do contrato ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

16.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

16.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

16.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação

apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

16.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **17. DO PAGAMENTO**

17.1 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

17.2.1 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.2.2 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá elaborar o Termo de Recebimento Provisório, em consonância com suas atribuições.

17.2.3 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.2.3.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e, se houver, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.2.3.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.2.3.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

17.3 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do Art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.4 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

18.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

18.1.1 Deixar de executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

18.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.4 comportar-se de modo inidôneo; e

18.1.5 cometer fraude fiscal.

18.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

18.2.2 Multa de:

18.2.2.1 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

18.2.2.2 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

18.2.2.3 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

18.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e

18.2.2.5 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3 As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02

Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

18.5 Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

18.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

18.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7 Na aplicação das sanções a autoridade competente levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **19. PREÇO ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1 O valor total da contratação está estimado em R\$ **667.640,12** (seiscentos e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais e doze centavos).

19.2 Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

19.3 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na Unidade Gestora Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, na classificação abaixo:

- Dotação Orçamentária UO 20101, Programa de Trabalho 04122210146930001, PTRES 085457, ND 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, Fonte 0100, mediante Orçamento Geral da União.

## **20. TERMO DE CONTRATO**

20.1 A contratação será efetivada mediante contrato, que terá vigência até 210 (duzentos e dez) dias, a contar da sua assinatura podendo, excepcionalmente, ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do objeto, desde que justificadamente e observadas as hipóteses legais previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

## **21. OUTRAS CONSIDERAÇÕES**

21.1 Será adotado o critério de menor preço total do item, observadas as exigências contidas neste Instrumento.

21.2 Integram este Instrumento os seguintes Apêndices:

Apêndice I – PLANILHA DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DO VALOR OFERTADO (*arquivo em formato .pdf*);

Apêndice II - PLANILHA DE CUSTO ESTIMADO (*arquivo em formato .pdf*);

Apêndice III - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO (*arquivo em formato .pdf*);

Apêndice IV - MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO (*arquivo em formato .pdf*);

Apêndice V - MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO (*arquivo em formato .pdf*);

Apêndice VI - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) (*arquivo em formato .pdf*);

Apêndice VII – DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE VISTORIA (*arquivo em formato .pdf*);

Apêndice VIII – ESTUDOS PRELIMINARES (*arquivo em formato .pdf*).

Brasília, 5 de junho de 2019.

**LUIZ FERNANDO DA ROCHA CERQUEIRA – Cel EB**

Chefe do Escritório de Representação do Rio de Janeiro

Demandante

Aprovo

**ANDRÉ LARANJA SÁ CORRÊA - Cel EB**

Diretor do Departamento de Segurança Presidencial

**APÊNDICES I a VIII**  
**DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 006/2019-GSI**  
**PROCESSO Nº 00185.000884/2019-08**

**Arquivo, em formato .pdf, disponível em:**

[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

[www.secretariageral.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos](http://www.secretariageral.gov.br/acesso-a-informacao/licitacoes-e-contratos)



## ANEXO II

### PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 006/2019-GSI PROCESSO Nº 00185.000884/2019-08

#### MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

(Proposta Comercial)

Referência: Pregão, na forma eletrônica, Nº \_\_\_\_/2019

Data de Abertura: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2019

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Unidade De Medida	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de serviço de manutenção e adequação de instalação predial. Execução de serviços de elétrica, mecânica, hidráulica e serviços gerais de alvenaria, marcenaria, pintura, tapeçaria, vidraçaria e serralheria com fornecimento de material.	Serviço		(*)

(\*) **O PREÇO TOTAL DO ITEM**, referente ao somatório dos valores da **PLANILHA DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DO VALOR OFERTADO (Apêndice I do Anexo II)**, é o que deve ser cadastrado no sistema Comprasnet.

**ATENÇÃO:** A Planilha de Custos e Composição do Valor Ofertado constante do Apêndice I do Anexo II deve ser preenchida e encaminhada juntamente com a proposta comercial após a fase de lances e convocação do pregoeiro.

#### 1 Observações:

**1.1** Prazo de validade da proposta de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) **dias**, a contar da data de abertura da sessão pública. *(No mínimo, 60 (sessenta) dias)*

#### 2 Declaração

**2.1** Declaro expressamente estarem incluídos no preço todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto deste pregão.

#### 3 Dados da empresa:

Empresa/Razão Social:

Endereço:

CEP:

CNPJ:

Telefone:

Banco:

Agência:

Conta-Corrente:

E-mail:

**4 Qualificação do preposto autorizado a firmar o Contrato:**

Nome completo:

CPF:

RG:

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

(Nome completo do declarante (Responsável legal) – ID – CPF

**APÊNDICE I DO ANEXO II**  
**PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 006/2019-GSI**  
**PROCESSO Nº 00185.000884/2019-08**

**PLANILHA DE CUSTOS E COMPOSIÇÃO DO VALOR OFERTADO**

Local	Item	Especificação	Un	Qtd	Preço Unitário dos Serviços	Preço Unitário dos Materiais	Preço Total dos Serviços	Preço Total dos Materiais	Preço Total
1 - ÁREA EXTERNA, FACHADA e GARAGEM de VIATURAS	1	Serviço de aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em panos com presença de vãos de edifícios de múltiplos pavimentos, uma cor. AF_06/2014	m²	500					
	2	Serviço de instalação de grades de ferro em janelas	m²	57,2					
	3	Serviço corte de vegetação arbórea pequeno porte-meio manual	m²	120					
	4	Serviço de instalação de Cerca/gradil nylofor h=2,43m, malha 5 x 20cm - fio 4,30mm, com fixadores de poliamida em poste 40 x 60 mm chumbados em base de concreto (exclusive esta), revestidos em poliéster por processo de pintura eletrostática (gradil e poste), nas cores verde ou branca - fornecimento e instalação.	m	135					
	5	Serviço de execução e compactação de base e ou sub base com brita graduada tratada com cimento - exclusive carga e transporte. af_09/2017	m³	125					
	6	Serviço de execução de calçamento em bloquete - e = 8 cm - fck = 35 mpa, incluindo fornecimento e transporte de todos os materiais, colchão de assentamento e = 6 cm.	m²	600					

	7	Serviço de execução de passeio (calçada) ou piso de concreto com concreto moldado in loco, feito em obra, acabamento convencional, espessura 12 cm, armado. af_07/2016	m²	90					
	8	Serviço de aplicação de película insulfilm aplicada ou Similar	m²	57,2					
	9	Serviço de instalação de tela de nylon tipo mosquiteiro com moldura em madeira, para esquadrias	m²	40					
	10	Serviço de confecção e instalação de portão em tela arame galvanizado n.12 malha 2" e moldura em tubos de aço com duas folhas de abrir, incluso ferragens - entrada social - 2,43 de altura por 2,00 de comprimento	m²	4,86					
	11	Serviço de confecção e instalação de portão de correr em chapa de aço 1/4", c/ quadro em tubo quadrado de 2", barra quadrada 1" na vertical e barra chata 2" x 1/4" na horizontal, inclusive ferrolho, e roldanas e trilhos. Portão para garagem - 2,43 de altura por 4,00 de comprimento	m²	9,72					
2 - HALL DE ACESSO	14	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	9					
	15	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	4					
	16	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	1					
	17	Instalação de Ponto lógica embutido inclusive fiação e tomada	pt	2					
	18	Instalação de tubulação em cobre ø 28mm para interligação de split system ao condensador / evaporador, inclusive isolamento térmico, alimentação elétrica, conexões e fixações para aparelhos até 48.000 btu	m	4					

	19	Adaptado SBC (060588) - Instalação de Luminária de embutir quadrada 4x Tuboled 9W - com superfície reflexiva	und	4					
	20	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	15					
	21	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	48					
	22	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	15					
	23	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	15					
	24	Serviço de instalação de kit de porta de madeira para pintura, maciça (leve ou média), padrão alto, 0,96x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação.	und	1					
3 - CORREDOR INFERIOR	25	Instalação de espelho cristal, espessura 4mm, com parafusos de fixação, sem moldura	m²	1					
	26	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	9					
	27	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	4					
	28	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	1					
	29	Adaptado SBC (060588) - Instalação de Luminária de embutir quadrada 4x Tuboled 9W - com superfície reflexiva	und	4					
	30	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	25					
	31	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	129					
	32	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos.	m²	25					
	33	Serviço de limpeza de	m²	25					

		pisos e revestimentos							
	37	Serviço de instalação de Si-02 placa de sinalização de ambiente 200x200mm (parede interna)	und	25					
	38	Instalação de luminária de emergência af_11/2017	und	15					
	39	Serviço de instalação de kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 60x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação. af_08/2015	und	20					
	40	Aplicação de pintura verniz poliuretano brilhante em madeira, tres demãos	m²	60					
4 - ESCRITÓRIO 1 DIREITA	41	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	36					
	42	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	10					
	43	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	3					
	44	Instalação de Ponto lógica embutido inclusive fiação e tomada	pt	28					
	45	Instalação de tubulação em cobre ø 28mm para interligação de split system ao condensador / evaporador, inclusive isolamento térmico, alimentação elétrica, conexões e fixações para aparelhos até 48.000 btu	m	16					
	46	Adaptado SBC (060588) - Instalação de Luminária de embutir quadrada 4x Tuboled 9W - com superfície reflexiva	und	8					
	47	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 2x tuboled 18w - com superfície reflexiva	und	2					
	48	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	41					

	49	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	78					
	50	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	41					
	51	Serviço de retirada de piso vinílico e borracha	m²	41					
	52	Serviço de aplicação de revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 60x60 cm aplicada em ambientes de área maior que 10 m². af_06/2014	m²	41					
5 - SALA DE MONITORAMENTO / FORÇA DE REAÇÃO	53	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	10					
	54	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	4					
	55	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	1					
	56	Instalação de Ponto lógica embutido inclusive fiação e tomada	pt	2					
	57	Instalação de tubulação em cobre ø 28mm para interligação de split system ao condensador / evaporador, inclusive isolamento térmico, alimentação elétrica, conexões e fixações para aparelhos até 48.000 btu	m	12					
	58	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 4x tuboled 18w - com superfície reflexiva	und	4					
	59	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	16					
	60	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	48					
	61	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	16					
	62	Serviço de retirada de piso existente	m²	16					

	63	Serviço de aplicação de revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 60x60 cm aplicada em ambientes de área maior que 10 m². af_06/2014	m²	16					
	64	Instalação de espelho cristal, espessura 4mm, com parafusos de fixação, sem moldura	m²	1					
6 - WC DIREITA FRENTE – Banheiro 2	65	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	1					
	66	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	1					
	67	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	1					
	68	Instalação de luminária tipo calha, de embutir, com 2 lâmpadas de 14 w com refletor. af_11/2017	und	1					
	69	Serviço de revisão de ponto de água tipo 1	und	3					
	70	Instalação de torneira cromada de mesa, 1/2" ou 3/4", para lavatório, padrão médio. af_12/2013	und	1					
	71	Instalação de papeleira de parede em metal cromado sem tampa, incluso fixação. af_10/2016	und	1					
	72	Instalação de vaso sanitário sifonado com caixa acoplada louça branca - padrão médio, incluso engate flexível em metal cromado, 1/2" x 40cm	und	1					
	73	Serviço de instalação de lavatório louça branca com coluna, 45 x 55cm ou equivalente, padrão médio	und	1					
	74	Instalação de saboneteira de sobrepor (fixada na parede), tipo concha, em aço inoxidável	und	1					
	75	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	3					
	76	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	18					



	77	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	3					
	78	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	3					
7 - SHAFT DIREITA	79	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	1					
	80	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em panos com presença de vãos de edifícios de múltiplos pavimentos, duas cores. af_06/2014	m²	36					
	81	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	2					
8 - WC FUNDOS DIREITA – Banheiro 4	82	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	1					
	83	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	1					
	84	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	1					
	85	Instalação de luminária tipo calha, de embutir, com 2 lâmpadas de 14 w com refletor. af_11/2017	und	1					
	86	Serviço de revisão de ponto de água tipo 1	und	3					
	87	Instalação de torneira cromada de mesa, 1/2" ou 3/4", para lavatório, padrão médio. af_12/2013	und	1					
	88	Instalação de saboneteira de sobrepor (fixada na parede), tipo concha, em aço inoxidável	und	1					
	89	Instalação de vaso sanitário sifonado com caixa acoplada louça branca - padrão médio, incluso engate flexível em metal cromado, 1/2" x 40cm	und	1					
	90	Serviço de instalação de lavatório louça branca com coluna, 45 x 55cm ou equivalente, padrão médio	und	1					
	91	Instalação de papelaria de parede em metal cromado sem tampa, incluso fixação. af_10/2016	und	1					
	92	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	3					

	93	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	18					
	94	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	3					
	95	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	3					
9- RESERVA ENC. MATERIAL / HALL / CORREDOR ACESSO ALOJ.	96	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	12					
	97	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	6					
	98	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	2					
	99	Instalação de Ponto lógica embutido inclusive fiação e tomada	pt	4					
	100	Instalação de tubulação em cobre ø 28mm para interligação de split system ao condensador / evaporador, inclusive isolamento térmico, alimentação elétrica, conexões e fixações para aparelhos até 48.000 btu	m	12					
	101	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 2x tuboled 18w - com superfície reflexiva	und	6					
	102	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	24					
	103	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	90					
	104	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	24					
	105	Instalação de parede com placas de gesso acartonado (drywall), para uso interno, com duas faces simples e estrutura metálica com guias duplas, com vãos. af_06/2017_p	m²	10					
	106	Serviço de emassamento de parede de gesso acartonado, dry-wall, com 1 demão de massa pva	m²	20					

	107	Serviço de retirada de piso existente	m²	24					
	108	Serviço de aplicação de revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 45x45 cm aplicada em ambientes de área maior que 10 m². af_06/2014	m²	24					
10 - ALOJAMENTO DIREITA CB/SD	109	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	10					
	110	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	4					
	111	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	2					
	112	Instalação de Ponto lógica embutido inclusive fiação e tomada	pt	4					
	113	Instalação de tubulação em cobre ø 28mm para interligação de split system ao condensador / evaporador, inclusive isolamento térmico, alimentação elétrica, conexões e fixações para aparelhos até 48.000 btu	m	5					
	114	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 2x tuboled 18w - com superfície reflexiva	und	4					
	115	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	35					
	116	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	75					
	117	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	35					
	118	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	35					
	119	Instalação de espelho cristal, espessura 4mm, com parafusos de fixação, sem moldura	m²	1					
11 - ESCRITÓRIO 2 – ESQUERDA	120	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	24					
	121	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	8					

	122	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	3					
	123	Instalação de Ponto lógica embutido inclusive fiação e tomada	pt	16					
	124	Instalação de tubulação em cobre ø 28mm para interligação de split system ao condensador / evaporador, inclusive isolamento térmico, alimentação elétrica, conexões e fixações para aparelhos até 48.000 btu	m	16					
	125	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 4x tuboled 18w - com superfície reflexiva	und	7					
	126	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 2x tuboled 18w - com superfície reflexiva	und	1					
	127	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	40					
	128	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	78					
	129	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	40					
	130	Serviço de retirada de piso existente	m²	40					
	131	Serviço de aplicação de revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 60x60 cm aplicada em ambientes de área maior que 10 m². af_06/2014	m²	40					
	132	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	15					
12 - SALA DE REUNIÃO	133	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	6					
	134	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	2					
	135	Instalação de Ponto lógica embutido inclusive fiação e tomada	pt	6					

	136	Instalação de tubulação em cobre ø 28mm para interligação de split system ao condensador / evaporador, inclusive isolamento térmico, alimentação elétrica, conexões e fixações para aparelhos até 48.000 btu	m	8					
	137	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 4x tuboled 18w - com superfície reflexiva	und	6					
	138	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	19					
	139	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	54					
	140	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	19					
	141	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	19					
13 - WC FRENTE ESQUERDA – Banheiro 1	142	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	1					
	143	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	1					
	144	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	1					
	145	Instalação de luminária tipo calha, de embutir, com 2 lâmpadas de 14 w com refletor. af_11/2017	und	1					
	146	Serviço de revisão de ponto de água tipo 1	und	3					
	147	Instalação de torneira cromada de mesa, 1/2" ou 3/4", para lavatório, padrão médio. af_12/2013	und	1					
	148	Instalação de saboneteira de sobrepor (fixada na parede), tipo concha, em aço inoxidável	und	1					
	149	Instalação de vaso sanitário sifonado com caixa acoplada louça branca - padrão médio, incluso engate flexível em metal cromado, ½" x 40cm	und	1					

	150	Serviço de instalação de lavatório louça branca com coluna, 45 x 55cm ou equivalente, padrão médio	und	1					
	151	Instalação de papelaria de parede em metal cromado sem tampa, incluso fixação. af_10/2016	und	1					
	152	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	3					
	153	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	18					
	154	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	3					
	155	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	3					
14 - SHAFT ESQUERDA	156	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	1					
	157	Serviço de retirada de tubulação de cobre - até 1 1/4"	m	10					
	158	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em panos com presença de vãos de edifícios de múltiplos pavimentos, duas cores. af_06/2014	m²	36					
	159	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	2					
15 - WC FUNDOS ESQUERDA – Banheiro 5	160	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	1					
	161	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	1					
	162	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	1					
	163	Instalação de luminária tipo calha, de embutir, com 2 lâmpadas de 14 w com refletor. af_11/2017	und	1					
	164	Serviço de revisão de ponto de água tipo 1	und	3					
	165	Instalação de torneira cromada de mesa, 1/2" ou 3/4", para lavatório, padrão médio. af_12/2013	und	1					
	166	Instalação de saboneteira de sobrepor (fixada na parede), tipo concha, em aço inoxidável	und	1					

	167	Instalação de vaso sanitário sifonado com caixa acoplada louça branca - padrão médio, incluso engate flexível em metal cromado, ½" x 40cm	und	1					
	168	Serviço de instalação de lavatório louça branca com coluna, 45 x 55cm ou equivalente, padrão médio	und	1					
	169	Instalação de papelreira de parede em metal cromado sem tampa, incluso fixação. af_10/2016	und	1					
	170	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	3					
	171	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	18					
	172	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	3					
16 - ILHA DE IMPRESSÃO	173	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	12					
	174	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	1					
	175	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	1					
	176	Instalação de Ponto lógica embutido inclusive fiação e tomada	pt	6					
	177	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 2x tuboled 18w - com superfície reflexiva	und	1					
	178	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	5					
	179	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	21					
	180	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	5					
	181	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	5					
17 – RESERVA DE ARMAMENTO/ RESERVA	182	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	6					

TÉCNICA	183	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	6					
	184	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	3					
	185	Instalação de Ponto lógica embutido inclusive fiação e tomada	pt	4					
	186	Instalação de tubulação em cobre ø 28mm para interligação de split system ao condensador / evaporador, inclusive isolamento térmico, alimentação elétrica, conexões e fixações para aparelhos até 48.000 btu	m	30					
	187	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 2x tuboled 18w - com superfície reflexiva	un	6					
	188	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	27					
	189	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	104					
	190	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	27					
	191	Instalação de parede com placas de gesso acartonado (drywall), para uso interno, com duas faces simples e estrutura metálica com guias duplas, com vãos. af_06/2017_p	m²	12					
	192	Serviço de emassamento de parede de gesso acartonado, dry-wall, com 1 demão de massa pva	m²	24					
	193	Instalação de Composição representativa de alvenaria de blocos de concreto estrutural 14x19x39 cm, (espessura 14 cm), fbk = 4,5 mpa, utilizando palheta, para edificação habitacional. Af_10/2015	m²	42					



	194	Serviço de confecção de armação do sistema de paredes de concreto, executada como reforço, vergalhão de 6,3 mm de diâmetro. Af_06/2015	kg	84					
	195	Instalação de Composição representativa do serviço de emboço/massa única, traço 1:2:8, preparo mecânico, com betoneira de 400l, em paredes de ambientes internos, com execução de taliscas, para edificação habitacional multifamiliar (prédio). Af_11/2014	m²	84					
	196	Serviço de retirada de piso existente	m²	27					
	197	Serviço de aplicação de revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 45x45 cm aplicada em ambientes de área maior que 10 m². af_06/2014	m²	27					
	198	Confecção e instalação de porta de Aço Galvanizado Natural de 1;10 x 2,20, Pintura Eletrostática ou Convencional, Espessura: Chapa 24 (0,65mm)   22 (0,80mm)   20 (0,95mm) com 02(duas) portinhola de abertura interna para direita de 60x40x5	und	2					
18 - SALA/ALOJ DO CHEFE DO ESCRITÓRIO	199	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	5					
	200	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	4					
	201	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	2					
	202	Instalação de Ponto lógica embutido inclusive fiação e tomada	pt	2					
	203	Instalação de tubulação em cobre ø 28mm para interligação de split system ao condensador / evaporador, inclusive isolamento térmico, alimentação elétrica, conexões e fixações para aparelhos até	m	12					

		48.000 btu							
	204	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 2x tuboled 18w - com superfície reflexiva	und	4					
	205	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	17					
	206	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	69					
	207	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	17					
	208	Instalação de parede com placas de gesso acartonado (drywall), para uso interno, com duas faces simples e estrutura metálica com guias duplas, com vãos. af_06/2017_p	m²	10,5					
	209	Aplicação e lixamento de massa látex em paredes, duas demãos. Af_06/2014	m²	21					
	210	Serviço de retirada de piso existente	m²	17					
	211	Serviço de aplicação de revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 60x60 cm aplicada em ambientes de área maior que 10 m². Af_06/2014	m²	17					
	212	Instalação de espelho cristal, espessura 4mm, com parafusos de fixação, sem moldura	m²	1					
19- WC CHEFE ESCRITÓRIO – Banheiro 5	213	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	1					
	214	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	1					
	215	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	1					
	216	Instalação de luminária tipo calha, de embutir, com 2 lâmpadas de 14 w com refletor. af_11/2017	und	1					

217	Serviço de revisão de ponto de água tipo 1	und	3					
218	Instalação de torneira cromada de mesa, 1/2" ou 3/4", para lavatório, padrão médio. af_12/2013	und	1					
219	Instalação de ponto de água fria em tubo pvc soldavel para chuveiro	und	1					
220	Instalação de ponto padrão de tomada para chuveiro elétrico - considerando eletroduto PVC rígido de 3/4" inclusive conexões (9.0m), fio isolado PVC de 6.0mm2 (32.5m) e caixa estampada 4x2" (1 und)	und	1					
221	Instalação de chuveiro elétrico comum corpo plástico tipo ducha	und	1					
222	Instalação de vaso sanitário sifonado com caixa acoplada louça branca - padrão médio, incluso engate flexível em metal cromado, 1/2" x 40cm	und	1					
223	Serviço de instalação de lavatório louça branca com coluna, 45 x 55cm ou equivalente, padrão médio	und	1					
224	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	7,3					
225	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	27,6					
226	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	7,3					
227	Instalação de Composição representativa de alvenaria de blocos de concreto estrutural 14x19x39 cm, (espessura 14 cm), fbk = 4,5 mpa, utilizando palheta, para edificação habitacional	m²	4,8					
228	Serviço de confecção de armação do sistema de paredes de concreto, executada como reforço, vergalhão de 6,3 mm de diâmetro	kg	14,4					

	229	Instalação de Composição representativa do serviço de emboço/massa única, traço 1:2:8, preparo mecânico, com betoneira de 400l, em paredes de ambientes internos, com execução de taliscas, para edificação habitacional multifamiliar (prédio)	m²	14,4					
	230	Instalação de Composição representativa do serviço de revestimento cerâmico para ambientes de áreas molhadas, meia parede ou parede inteira, com placas tipo grês ou semi-grês, dimensões 20x20 cm, para edificação habitacional multifamiliar (prédio)	m²	12					
	231	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	7,3					
20 - ALOJAMENTO DE OFICIAIS	232	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	5					
	233	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	4					
	234	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	2					
	235	Instalação de Ponto lógica embutido inclusive fiação e tomada	pt	2					
	236	Instalação de tubulação em cobre ø 28mm para interligação de split system ao condensador / evaporador, inclusive isolamento térmico, alimentação elétrica, conexões e fixações para aparelhos até 48.000 btu	m	12					
	237	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 2x tuboled 18w - com superfície reflexiva	und	4					
	238	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	16					
	239	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	51					

	240	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	16					
	241	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	16					
	242	Instalação de espelho cristal, espessura 4mm, com parafusos de fixação, sem moldura	m²	1					
21 - ALOJAMENTO VISITANTES (ESCAV)	243	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	5					
	244	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	2					
	245	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	2					
	246	Instalação de Ponto lógica embutido inclusive fiação e tomada	pt	2					
	247	Instalação de tubulação em cobre ø 28mm para interligação de split system ao condensador / evaporador, inclusive isolamento térmico, alimentação elétrica, conexões e fixações para aparelhos até 48.000 btu	m	6					
	248	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 2x tuboled 18w - com superfície reflexiva	und	2					
	249	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	10					
	250	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	39					
	251	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	10					
	252	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	10					
	253	Instalação de espelho cristal, espessura 4mm, com parafusos de fixação, sem moldura	m²	1					
22 – CORREDOR e ESCADA SUPERIOR	254	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	1					
	255	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	2					

	256	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	1					
	257	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 4x tuboled 18w - com superfície reflexiva	und	1					
	258	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	9					
	259	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	48					
	260	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	9					
	261	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	18					
	265	Serviço de instalação de Si-02 placa de sinalização de ambiente 200x200mm (parede interna)	und	20					
	266	Instalação de luminária de emergência . af_11/2017	und	10					
	267	Serviço de instalação de kit de porta de madeira para pintura, semi-oca (leve ou média), padrão médio, 60x210cm, espessura de 3,5cm, itens inclusos: dobradiças, montagem e instalação do batente, fechadura com execução do furo - fornecimento e instalação. Af_08/2015	und	10					
	268	Aplicação de pintura verniz poliuretano brilhante em madeira, tres demaos	m²	20					
23 - WC ESQUERDA SUPERIOR – Banheiro 7	269	Instalação de espelho cristal, espessura 4mm, com parafusos de fixação, sem moldura	m²	1					
	270	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	1					
	271	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	1					
	272	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	1					

	273	Instalação de luminária tipo calha, de embutir, com 2 lâmpadas de 14 w com refletor. af_11/2017	und	1					
	274	Serviço de revisão de ponto de água tipo 1	und	3					
	275	Instalação de torneira cromada de mesa, 1/2" ou 3/4", para lavatório, padrão médio. af_12/2013	und	1					
	276	Instalação de papelreira de parede em metal cromado sem tampa, incluso fixação. af_10/2016	und	1					
	277	Instalação de saboneteira de sobrepor (fixada na parede), tipo concha, em aço inoxidável	und	1					
	278	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	3					
	279	Instalação de vaso sanitário sifonado com caixa acoplada louça branca - padrão médio, incluso engate flexível em metal cromado, 1/2" x 40cm	und	1					
	280	Serviço de instalação de lavatório louça branca com coluna, 45 x 55cm ou equivalente, padrão médio	und	1					
	281	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	18					
	282	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	3					
	283	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	3					
24 - WC DIREITA Banheiro 6	284	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	1					
	285	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	1					
	286	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	1					
	287	Instalação de luminária tipo calha, de embutir, com 2 lâmpadas de 14 w com refletor. af_11/2017	und	1					
	288	Serviço de revisão de ponto de água tipo 1	und	3					

	289	Instalação de torneira cromada de mesa, 1/2" ou 3/4", para lavatório, padrão médio. af_12/2013	und	1					
	290	Instalação de saboneteira de sobrepor (fixada na parede), tipo concha, em aço inoxidável	und	1					
	291	Instalação de papelreira de parede em metal cromado sem tampa, incluso fixação. af_10/2016	und	1					
	292	Instalação de vaso sanitário sifonado com caixa acoplada louça branca - padrão médio, incluso engate flexível em metal cromado, 1/2" x 40cm	und	1					
	293	Serviço de instalação de lavatório louça branca com coluna, 45 x 55cm ou equivalente, padrão médio	und	1					
	294	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	3					
	295	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	18					
	296	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	3					
	297	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	3					
25 – ALOJAMENTO ST / SGT - MASCULINO	298	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	21					
	299	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	6					
	300	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	2					
	301	Instalação de Ponto lógica embutido inclusive fiação e tomada	pt	4					
	302	Instalação de tubulação em cobre ø 28mm para interligação de split system ao condensador / evaporador, inclusive isolamento térmico, alimentação elétrica, conexões e fixações para aparelhos até 48.000 btu	m	12					



	303	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 4x tuboled 18w - com superfície reflexiva	und	6					
	304	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	31					
	305	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	75					
	306	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	31					
	307	Serviço de retirada de piso existente	m²	31					
	308	Serviço de aplicação de revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 60x60 cm aplicada em ambientes de área maior que 10 m². Af_06/2014	m²	31					
	309	Instalação de espelho cristal, espessura 4mm, com parafusos de fixação, sem moldura	m²	1					
26- REFEITÓRIO	310	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	17					
	311	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	9					
	312	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	4					
	313	Instalação de Ponto lógica embutido inclusive fiação e tomada	pt	2					
	314	Instalação de tubulação em cobre ø 28mm para interligação de split system ao condensador / evaporador, inclusive isolamento térmico, alimentação elétrica, conexões e fixações para aparelhos até 48.000 btu	m	14					
	315	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 4x tuboled 18w - com superfície reflexiva	und	7					
	316	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	45					

	317	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos.	m²	81					
	318	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	37					
	319	Serviço de retirada de piso existente	m²	45					
	320	Serviço de aplicação de revestimento cerâmico para piso com placas tipo porcelanato de dimensões 60x60 cm aplicada em ambientes de área maior que 10 m². Af_06/2014	m²	45					
27 – ALOJAMENTO FEMININO	321	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	6					
	322	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	4					
	323	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	2					
	324	Instalação de Ponto lógica embutido inclusive fiação e tomada	pt	2					
	325	Instalação de tubulação em cobre ø 28mm para interligação de split system ao condensador / evaporador, inclusive isolamento térmico, alimentação elétrica, conexões e fixações para aparelhos até 48.000 btu	m	4					
	326	Adaptado sbc (060588) - Instalação de luminária de embutir quadrada 2x tuboled 18w - com superfície reflexiva	und	4					
	327	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	15					
	328	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	45					
	329	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	15					
	330	Serviço de limpeza de pisos e revestimentos	m²	15					
	331	Instalação de espelho cristal, espessura 4mm, com parafusos de fixação, sem moldura	m²	1					

28 - DML	332	Serviço de revisão de ponto de tomada de força tipo 1	pt	1					
	333	Serviço de revisão de ponto de luz tipo 1, em teto ou parede	pt	1					
	334	Serviço de revisão de ponto de interruptor com reposição do interruptor	pt	1					
	335	Instalação de luminária tipo spot, de sobrepor, com 1 lâmpada de 15 w. Af_11/2017	und	1					
	336	Instalação de forro em placas de gesso, para ambientes comerciais. af_05/2017_p	m²	3					
	337	Aplicação manual de pintura com tinta látex acrílica em paredes, duas demãos	m²	21					
	338	Aplicação manual de pintura com tinta látex pva em teto, duas demãos	m²	3					
	339	Serviço de limpeza piso cerâmico	m²	3					
29- VARANDA ÁREA EXTERNA SUPERIOR	340	Adaptado cpos (39.09.040) - limpeza e reaperto de conexão de spda	un	10					
	341	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em panos com presença de vãos de edifícios de múltiplos pavimentos, uma cor. Af_06/2014	m²	150					
	342	Serviço de retirada de tubulação de cobre - até 1 1/4"	m	12					
30 - PAVIMENTO SUPERIOR (2º piso)	343	Serviço de retirada de tubulação de cobre - até 1 1/4"	m	18					
	344	Serviço de limpeza (desobstrução) de calhas	m	18					
	345	Aplicação manual de pintura com tinta texturizada acrílica em panos com presença de vãos de edifícios de múltiplos pavimentos, uma cor. Af_06/2014	m²	72					
	346	Adaptado cpos (39.09.040) - limpeza e reaperto de conexão de spda	und	6					
	347	Instalação de concertina em aço galvanizado, espiral de Ø = 980mm, 5 cliques p/ espiral, lâmina de 30mm e fio interno de 2,75mm, inclusive	m	80					

		instalação							
31 - COBERTURA	348	Serviço de revisão, escovação, inclusive tomada de goteiras de telhados em geral, exclusive para telhas de barro cozido ou vidro	m²	98					
	349	Revisão, escovação, inclusive tomada de goteiras de telhados em geral, exclusive para telhas de barro cozido ou vidro	m²	127					
	350	Serviço de impermeabilização de superfície com impermeabilizante semi-flexível (mai), 3 demãos. Af_06/2018	m²	127					
	351	Serviço de instalação de telhamento com telha de alumínio dupla, trapezoidal, tipo sanduíche 0,6mm pré pintada em duas faces, com isolamento de espuma rígida de poliuretano 30mm pintada	m²	95					
	352	Instalação de peça de madeira aparafusada em parede para fixação de telha sanduíche	m	25					
	353	Instalação de peça em madeira maracatiara (2,50x5,00cm) para fixação de telha sanduíche sobre o container	m	25					
32 - ALIMENTAÇÕES CONTÊINERES	354	Instalação de ramal de ligação de água (rede de distribuição à fachada do lote)	und	3					
	355	Serviço de confecção de ligação predial de esgoto tipo 3 - ramal interno de esgoto até caixa de inspeção	und	3					
	356	Instalação de ponto de tomada trifásica	und	4					
33 - ADEQUAÇÕES NA INFRA ESTRUTURA ELÉTRICA	357	Instalação de cabo de cobre flexível isolado, 70 mm², anti-chama 450/750 v, para distribuição - fornecimento e instalação. Af_12/2015	m	15					

	358	Instalação de cabo de cobre flexível isolado, 35 mm², anti-chama 450/750 v, para distribuição - fornecimento e instalação. Af_12/2015	m	30					
	359	Instalação de cabo de cobre flexível isolado, 50 mm², anti-chama 450/750 v, para distribuição - fornecimento e instalação. Af_12/2015	m	15					
	360	Adaptado sbc (023318) - revisão de quadro distribuiçao energia até 30 disjunt.	und	4					
34 – ILUMINAÇÕES DA GARAGEM	361	Instalação de refletor retangular fechado com lâmpada vapor metálico 400 w	und	4					
	362	Instalação de ponto de iluminação externo para refletor até 1000w, incluindo caixa elétrica, eletroduto, cabo, rasgo, quebra e chumbamento (excluindo luminária e lâmpada).	und	4					
	363	Instalação de quadro de distribuição de energia p/ 6 disjuntores termomagnéticos monopolares sem barramento, de embutir, em chapa metálica - fornecimento e instalação.	und	1					
	364	Instalação de luminária tipo spot, de sobrepor, com 1 lâmpada de 15 w. Af_11/2017	und	1					
	365	Instalação de disjuntor bipolar tipo din, corrente nominal de 40a - fornecimento e instalação. Af_04/2016	und	2					
	366	Instalação de cabo de cobre flexível isolado, 10 mm², anti-chama 0,6/1,0 kv, para circuitos terminais - fornecimento e instalação. Af_12/2015	m	60					
	367	Instalação de duto corrugado flexível em PEAD Ø = 1.1/2", tipo Kanalex ou similar, lançado diretamente no solo, exclusive escavação e reaterro	m	15					

	368	Serviço de escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,30 m. Af_03/2016	m³	2,25					
	369	Serviço de reaterro manual de valas com compactação	m³	2,25					
<b>TOTAL</b>									

### **ANEXO III**

#### **DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE VISTORIA**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante), doravante denominada licitante do Pregão, na forma eletrônica, nº 006/2019-GSI, declara, sob as penas da lei, que:

Tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto, assumindo total responsabilidade pela prestação dos serviços, e que não haverá quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras para a Presidência da República.

(Local), (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Representante legal da licitante – ID – CPF

#### **ANEXO IV**

### **DECLARAÇÃO QUE NÃO MANTÉM PARENTESCO ENTRE SÓCIOS DA EMPRESA COM SERVIDORES DO ÓRGÃO**

Eu, ....., portador da Carteira de Identidade nº.....  
e do CPF nº....., na qualidade de Representante Legal da empresa  
....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com  
sede na ....., declaro para todos os fins de direito que os sócios  
da referida empresa não mantém parentesco com servidores do órgão contratante até o  
segundo grau civil. Por ser verdade firmo a presente declaração para que surtam os seus  
jurídicos e legais efeitos.

(Local), (UF), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

---

Representante legal da licitante – ID – CPF



## **ANEXO V**

### **DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL**

Ilmo. Sr.

(pessoa jurídica pagadora)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº.....  
DECLARA à (nome da pessoa jurídica pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e

b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

Assinatura do Responsável

**ANEXO VI**  
**TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE  
INSTALAÇÃO PREDIAL, QUE FAZEM  
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO  
DO GABINETE DE SEGURANÇA  
INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA  
REPÚBLICA E A EMPRESA .....**  
.....

**CONTRATO Nº        /2019**

A União, por intermédio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, inscrita no CNPJ sob o nº 09.399.736/0001-59, neste ato representado por ....., inscrito(a) no CPF nº ....., de acordo com a competência prevista no ....., publicada no Diário Oficial da União de ....., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 00185.000884/2019-08 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 006/2019-GSI, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de manutenção e adequação de instalação predial, com fornecimento de material e mão de obra, com a finalidade de atender a reforma das instalações do Escritório de Representação da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial no Rio de Janeiro (ERRJO), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de 210 (duzentos e dez) dias, contados da data da sua assinatura e somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, parágrafo 1, da Lei n. 8.666, de 1993.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1 O valor total da contratação é de R\$ ..... (.....)

<b>Item</b>	<b>Descrição/Especificação</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Preço Unitário</b>	<b>Preço Total</b>
1	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de manutenção e adequação de instalação predial. Execução de serviços de elétrica, mecânica, hidráulica e serviços gerais de alvenaria, marcenaria, pintura, tapeçaria, vidraçaria e serralheria com fornecimento de material.	Serviço		

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

### **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

5.3 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

5.4 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

5.5 No mesmo prazo, o fiscal ou equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

5.6 Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.

5.7 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

5.8 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

5.9 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

5.10 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5.11 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.12 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.13 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.14 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.15 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.17 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.19 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

5.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber:

5.20.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.21 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \frac{I}{= \quad \frac{(6 / 100)}{365}} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

## **CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE**

6.1 O preço é fixo e irreajustável.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

7.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

8.1 Obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.1.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.1.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

8.1.6 Participar das reuniões mensais para acompanhamento dos trabalhos executados pela CONTRATADA, de acordo com o calendário fixado, conforme item 6.1.5 do Termo de Referência.

8.1.7 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do Art. 6º do Decreto nº 9.507/18.

8.1.8 O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.1.8.1 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

8.1.8.2 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no Art. 47 e no Anexo V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

8.1.8.3 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Apêndice VI do Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.1.9 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.1.10 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.1.11 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.1.12 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.1.13 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico ou pelo gestor, caso não haja fiscal técnico designado, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.1.14 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.1.15 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.1.16 O fiscal técnico ou o gestor, caso não haja fiscal técnico designado, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.17 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.1.18 O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.19 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.20 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.21 O representante da CONTRATANTE deverá comunicar à CONTRATADA por escrito, quanto à Política de Segurança da Informação da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial e suas normas complementares, para ciência e para que se responsabilize por todas as providências e deveres estabelecidos.

## 8.2 Obrigações da CONTRATADA:

8.2.1 Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

8.2.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.2.3 Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

8.2.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.2.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.2.6 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

8.2.7 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

8.2.8 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

8.2.9 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.2.10 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.2.11 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a



Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.2.12 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.2.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.2.14 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.2.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.2.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2.17 Participar das reuniões mensais para acompanhamento dos trabalhos executados, de acordo com o calendário fixado, conforme item 6.1.5 do Termo de Referência.

## **CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

9.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, observando as disposições contidas na Instrução Normativa da Secretaria de Administração da Presidência da República nº 1, de 13 de outubro de 2017, a CONTRATADA que:

9.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3 falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.1.4 comportar-se de modo inidôneo; e

9.1.5 cometer fraude fiscal.

9.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

9.2.2 Multa de:

9.2.2.1 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese,

inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

9.2.2.2 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

9.2.2.3 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

9.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e

9.2.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

9.2.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.2.4 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

9.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.3 As sanções previstas nos subitens 9.2.1, 9.2.3, 9.2.4 e 9.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

9.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

<b>GRAU</b>	<b>CORRESPONDÊNCIA</b>
1	0,2% ao dia sobre o valor do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor do contrato

**Tabela 2**

<b>INFRAÇÃO</b>		
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>GRAU</b>
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força	04

	maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	
3	Servir-se de funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

9.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

9.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

9.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO**

10.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3 Indenizações e multas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES**

11.1 É vedado à CONTRATADA:

11.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES**

12.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN n. 05, de 2017.

12.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS**

13.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

14.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO**

15. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Brasília, de de 2019

---

Representante legal da CONTRATANTE

---

Representante legal da CONTRATADA